Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pela 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 232ª sessão realizada na data de 09/02/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 14.256/1996

RECORRENTE: Christiane Regina Pereira Lagrotta

ASSUNTO: Taxa de Publicidade

RECORRIDO: PMP

CONSELHEIRO RELATOR: FABIANO RAVELLI

CONSELHEIROS PRESENTES: FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTONIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RICARDO MARCELO PEIXOTO CAMARGO, RODRIGO PRADO MARQUES e TATIANE AP. NARCISO GASPAROTTI (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO (suplentes).

DECISÃO: NPU – Negado Provimento por Unanimidade.

Do Conselheiro FABIANO RAVELLI - Processo Nº 14.256/1996 – Christiane Regina Pereira Lagrotta – Recurso Ordinário – Trata-se voto em face de RECURSO ORDINÁRIO interposto em fls. 28 E 47, que pede a anulação do lançamento da taxa de publicidade. O recorrente tinha um prazo de 30 (trinta dias) para efetuar a impugnação do lançamento da taxa de publicidade conforme legislação vigente. Conforme consulta no SIAT da Prefeitura Municipal de Piracicaba, em data de 06 de fevereiro de 2015, o recorrente fez o recolhimento integral da dívida em data de 18 de setembro de 2014 no montante de R$ 2.944,85 (dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), anexo aos autos folha 60. Diante do exposto, o mesmo não atende ao disposto do artigo 446 da lei complementar n. 224/08 e também pelo fato do recolhimento integral do débito, voto pelo não provimento do recurso ordinário mantendo a decisão de 1ª Instância Administrativa. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 14.256/1996
RECORRENTE: Christiane Regina Pereira Lagrotta
Rua Visconde do Rio Branco, 492 / Apto 94 – Bairro Alto
CEP 13.419-110 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pela 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 232ª sessão realizada na data de 09/02/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 118.363/2010

RECORRENTE: MC Comercio de Máq. e Equipamentos Indust. e Serviços Ltda Epp

ASSUNTO: ISS

RECORRIDO: PMP

CONSELHEIRO RELATOR: MARCUS VINÍCIUS ORLANDIN COELHO

CONSELHEIRO DE VISTA : FABIANO RAVELLI

CONSELHEIROS PRESENTES: FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTONIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RICARDO MARCELO PEIXOTO CAMARGO, RODRIGO PRADO MARQUES e TATIANE AP. NARCISO GASPAROTTI (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO (suplentes).

DECISÃO: NPU – Negado Provimento por Unanimidade

Do Conselheiro FABIANO RAVELLI - Processo Nº 11.8363/2010 – MC Comercio de Máquinas – Recurso Ordinário – O relator adota integralmente o relatório e voto do ilustre conselheiro Marcus Vinícius Orlandin Coelho, que negou provimento ao recurso ordinário do contribuinte, pois não se constata nenhuma irregularidade passível de anulação. A lavratura dos AIIMs combatidos, assim como lançamentos que abrangem diferenças de ISS dos períodos analisados, foram devidamente realizados nos ditames legais. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 118.363/2010
RECORRENTE: MC Comercio de Máq. e Equipamentos Indust. e Serviços Ltda Epp
Rua Tietê, 74 – Jd. Belvedere
CEP 13.401-645 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pela 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 232ª sessão realizada na data de 09/02/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 40.288/2014

RECORRENTE: Sementes Piraí

ASSUNTO: IPTU

RECORRIDO: PMP

CONSELHEIRO RELATOR: ANTÔNIO CARLOS DOS REIS

CONSELHEIROS PRESENTES: FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTONIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RICARDO MARCELO PEIXOTO CAMARGO, RODRIGO PRADO MARQUES e TATIANE AP. NARCISO GASPAROTTI (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO (suplentes).

DECISÃO: NPU – Negado Provimento por Unanimidade.

Do Conselheiro ANTÔNIO CARLOS DOS REIS - Processo Nº 40.288/2014 – Sementes Piraí – Recurso Ordinário – O Recorrente solicitara sustentação oral nas considerações preliminares de sua petição de fls. 25. 1) o Recorrente não compareceu na oitiva agendada para 02/02/2015; 2) em 12/12/2014 pagou espontaneamente a décima e última parcela do IPTU 2014, valor de R$1.121,40 (extrato SIAT às fls.38), procedendo assim a quitação integral do imposto reclamado, no montante de R$11.214,18. Resta configurado o desinteresse do Recorrente pela causa em lide e a perda do objeto do litígio, ante a quitação espontânea da dívida reclamada. Diante disso, ratifico os termos do voto proferido às fls. 35/36, pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Ordinário, assim mantendo-se a decisão de primeira instância, visto que em tese plenamente acatada pelo Recorrente. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 40.288/2014
RECORRENTE: Sementes Piraí
Rua Alferes José Caetano, 581 – Centro
CEP 13.400-120 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pela 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 232ª sessão realizada na data de 09/02/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 25.178/2013

RECORRENTE: Sítio Mantellatto

ASSUNTO: IPTU

RECORRIDO: PMP

CONSELHEIRO RELATOR: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS

CONSELHEIROS PRESENTES: FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTONIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RICARDO MARCELO PEIXOTO CAMARGO, RODRIGO PRADO MARQUES e TATIANE AP. NARCISO GASPAROTTI (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO (suplentes).

DECISÃO: APM – Aprovado por Maioria.

Do Conselheiro ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS "Ad Hoc" RODRIGO PRADO MARQUES- Processo Nº 25.178/2013 – Sítio Mantellatto – Recurso Ordinário - Adoto integralmente o relatório elaborado pelo eminente Conselheiro Relator Antonio Carlos dos Reis. Em apertada síntese, o Conselheiro negou provimento ao recurso do contribuinte em virtude da nota fiscal de compra de insumo ter sido feita em nome de terceiro perante a cooperativa. Com a devida *venia*, ouso divergir do entendimento do Digno Relator e passo a expor os fundamentos da divergência. Restou incontroverso que o imóvel é efetivamente explorado em atividade agrícola. Este fato está devidamente provado tanto pela vistoria da SEMA quanto pela nota fiscal emitida pelo produtor rural. A nota fiscal de compra de insumos foi realizada em nome de seu irmão, José Nivaldo Mantelatto, justificando que este é cadastrado na cooperativa COPLACANA e que consegue melhores preços com a compra coletiva. O técnico agrícola que vistoriou o local constatou que a produtividade do imóvel é superior à capacidade média de produção verificada para o município de Piracicaba. Assim, para que a área tenha produção superior à média apurada no município, parece-me possível presumir sua preparação e adubação e por este motivo reconheço a idoneidade da nota fiscal de fls. 08 em nome do irmão do contribuinte. Desta

forma, **voto pelo PROVIMENTO** ao recurso, reconhecendo a efetiva exploração de atividade agrícola para o exercício de 2013. Votaram com o Conselheiro relator Reis, Renato e José Silvestre, e com o Conselheiro de vista André, Ivanjo, Fabiano, Rodrigo, Ricardo, Tatiane e Helena. Aprovado por maioria.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 25.178/2013
RECORRENTE: Sítio Mantellatto
Rua do Róssio, 56 – Nova Piracicaba
CEP 13.405-166 Piracicaba/SP